

# 04 a 07 /11/2020

Faculdade de Educação da UFBA





ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7538 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

GRUPO DE PESQUISA E SUAS POSSIBILIDADES ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA PRÁTICA DOCENTE DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO

Eunice Pereira da Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEP

# GRUPO DE PESQUISA E SUAS POSSIBILIDADES ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA PRÁTICA DOCENTE DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é proveniente de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento, que tem como objetivo compreender de que formas a participação em atividades desenvolvidas em grupo de pesquisa contribuem com as(os) professoras(es) no enfrentamento do racismo em sala de aula.

Para tanto, filiamo-nos a abordagem dos Estudos Pós-coloniais a partir dos conceitos de colonialismo/colonização, colonialidade e de seus eixos: poder, saber e ser (QUIJANO, 2007; MIGNOLO, 2005; GROSFOGUEL 2007; WALSH, 2006), que emergem das lutas dos movimentos sociais. Esta abordagem tem as culturas silenciadas como objeto de estudo, analisando os enfrentamentos políticos e epistêmicos frente às heranças coloniais que violaram/violam e negaram/negam as diferenças dos povos, sejam elas físicas, epistêmicas, culturais ou geográficas, em diálogo com o feminismo negro (COLLINS, 2019;GONZALES,

2011; HOOKS, 2013; KIMBERLÉ, 2002; LORDE, 2003; AKOTIRENE, 2018), em aproximação dos pares conceituais colonialidade e interseccionalidade.

No intuito de identificar como os(as) pesquisadores(as) vêm abordando o elencado objeto de estudo, realizamos um levantamento das pesquisas referentes as comunicações orais, modalidade de apresentação para pesquisas concluídas através dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED.

Com a finalidade de nos inteirar sobre as produções de pesquisa que têm como objeto a prática pedagógica de enfrentamento do racismo no espaço escolar, realizamos

um levantamento as Reuniões Anuais (RA) da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

A escolha desse movimento de pesquisa se justifica pela necessidade de nos aproximarmos das pesquisas e discussões que compõem o âmbito nacional quanto ao objeto estudado. O marco temporal utilizado para o levantamento das produções dos trabalhos disponíveis na Anped compreende o período entre 2009 a 2019.

Para análise de levantamento bibliográfico, pautamos as fases dos procedimentos seguindo a lógica de Análise de Conteúdo via Análise Temática (BARDIN, 2004; VALA, 1999), que ocorre em três fases, sendo elas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do Material e 3) Tratamento e Inferências. No que diz respeito aos trabalhos selecionados da Anped.

#### **DESENVOLVIMENTO**

A partir de inquietações pessoais e formativas que emergem do interesse quanto à formação para o exercício de práticas docentes de enfrentamento do racismo no espaço escolar, ambiente, que muitas vezes, apresenta um silenciamento quanto as questões étnicoraciais ou até mesmo reproduz concepções racistas dificultando o ser negro no ambiente escolar. A seleção por pesquisar práticas de enfrentamento do racismo realizado por professoras/es no espaço escolar nos diz da afirmação desses profissionais engajados na luta por uma educação transformadora, com aprendizagens significativas para grupos que vem sendo marginalizados. Como indica Palermo,

en nuestro territorio, la diferencia colonial es la que se encuentra a la base de cualquier diferencia cultural y es sólo desde su reconocimiento que es posible abrir el lugar al pensamiento crítico fronterizo. Es solo desde la recuperación de la memoria histórica, del posicionarse desde la historia local, que es posible recuperar la geo y corpo política del conocimiento (2014, p.141).

Diante do exposto, compreendemos que as/os professoras/professores ao se filiarem a grupos, pessoas e estudos que contribuem na luta contra opressão racial se apresenta não só enquanto uma escolha de tema ou objeto. Mas sim uma questão de sobrevivência como parte

de uma identidade de resistência, pelo fato de que, como aponta Munanga (2005) nasce de uma cultura de resistência ao sistema de opressão que estes vivenciaram/vivenciaram.

Assim, a partir das inquietações e aproximações apresentadas anteriormente nos inquieta investigar como a participação e atividades desenvolvidas em grupo de pesquisa, contribuem para o enfrentamento do racismo no espaço escolar? Para tanto, traçamos enquanto objetivo refletir de que formas a participação em atividades desenvolvidas em grupo de pesquisa pode contribuir com as(os) professoras(es) no enfrentamento do racismo em sala de aula

Para coleta de dados realizamos levantamento dos Grupos de Pesquisas cadastrados na plataforma Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq e estudos sistematizados a partir dos últimos 10(dez) anos das pesquisas alocadas ao Grupo de Trabalho 21- Educação e Relações Étnico Raciais na Anped. As análises dos dados dos trabalhos que tratam de Prática Pedagógica de Enfrentamento do Racismo indicam dois aspectos convergentes quanto aos resultados das pesquisas analisadas do GT 21, as(os) professoras(es) que apresentam práticas exitosas de enfrentamento do racismo no ambiente escolar: I) Estão vinculados a Grupo de Pesquisa e/ou II) Estão vinculados a movimento social.

Assim, podemos entender que as Práticas Pedagógicas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa contribuem para o enfrentamento do racismo no espaço escolar orientados pelas bases políticas e epistemológicas socializadas durante os processos formativos nos respectivos Grupos. Nesse sentido, percebemos a partir do presente estudo, que, apesar dos avanços legislativos e sociais, ainda se manifesta uma forte lacuna na formação docente que se expressa na prática pedagógica.

Espaços formativos como os Grupos de Pesquisa apresentam possibilidade de se configurarem enquanto terrenos férteis para o (re)conhecimento das marcas coloniais em nossa sociedade e, consequentemente, no espaço escolar. Compreendemos também que o olhar das(os) professoras(es) orientados pelos seus diferentes saberes contribuem para o enriquecimento de suas práticas pedagógicas. E é com a escuta e aproximação dos saberes desse *outro*, pertencente a espaços de Lutas Sociais que nos possibilita refletir quanto a Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

# COMPREENSÕES DOS CONTEXTOS ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS EM TESSITURA COM O FEMINISMO NEGRO

Adotar enquanto lentes teóricas o feminismo negro e os estudos pós-coloniais, são indicativos de que enxergamos, nessas abordagens, a possibilidade de realizar deslocamentos em direção às margens, visto que elas advêm dos sujeitos que no tempo-espaço histórico estiveram na periferia social, cultural, política e epistêmica.

Relativo a colonialidade, Ochy curiel relaciona enquanto categoria que transpassa o feminismo, incluso o feminismo hegemônico. Movimento este, que muitas vezes produz representações das mulheres do terceiro mundo no contexto de objetificação e não como protagonistas de suas próprias histórias e experiências. Categorizadas como vítimas e não enquanto comunidade resistente, por isso

un proceso de descolonización desde las experiencias situadas de las latinoamericanas y caribeñas supone entonces rescatar diversas propuestas epistemológicas y políticas relocalizando el pensamiento y la acción para anular la universalización, característica fundamental de la modernidad occidental (2009, p. 03).

Dessa maneira, a seleção da tessitura da reflexão de pesquisa a partir destes campos teórico-metodológicos se ancora na intenção de que essas abordagens nos favoreçam pensar a partir dos modos de ser, de pensar e de produzir conhecimento dos povos que sofreram e/ou sofrem tentativas de silenciamento e subalternização no contexto histórico, construindo, assim, modos de resistência propositiva com

enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas. Supõe o interesse por outras produções de conhecimento distintas da modernidade ocidental. O que se produz fora da modernidade epistemológica eurocêntrica, por sujeitos subalternizados, pode ser identificado como diferença colonial (CRUZ e OLIVEIRA, 2016, p. 123).

Dessa feita, as construções teóricas de Anibal Quijano constituem uma das fontes principais, ao problematizar a colonialidade do poder como o império político-econômico e sociocultural do Ocidente sobre o resto do mundo. Neste caso, identificamos a construção de um novo lócus de produção de conhecimento, questionando o padrão de poder mundial.

Na mesma direção, Quijano pontua que a "a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder e vocação mundial e desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade" (2007, p. 227), apresentando dois processos históricos fundamentais para os eixos do novo padrão de poder: Primeiro, a

codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça[1], que se estruturou como fundante para o regime de poder e exploração. Segundo a articulação das formas de controle do trabalho, recursos, produtos e capital.

A modernidade e a colonialidade apresentam a característica de que "a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada" (MIGNOLO, 2005, p. 75). Com a colonialidade, a Europa instaurou modelos únicos de ciências, cultura, religião, sexualidade, beleza e outros, dentro da lógica única e universal, na tentativa de colocar o ocidente enquanto epistemologia subjugada.

O racismo epistêmico se entrelaça neste emaranhado de violência, uma vez que "é um

dos racismos mais invisibilizados no sistema-mundo capitalista/patriarcal/ moderno/ colonial. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais" (GROSFOGUEL, 2007, p. 32). Ligado à necessidade estratégica de dominação das faculdades cognitivas dos sujeitos socializados dentro do contexto de racialização e racionalização, o racismo epistêmico oprime outras epistemologias com pensamento crítico e/ou científico.

Com essa organização de dominação, foi construída uma tradição de pensamentos ocidentais, tidos como válidos, superiores e universais. Assim, analisar aspectos quanto às práticas de enfrentamento do racismo requer reflexão quanto às estruturas sistematizadas como instrumentos de manutenção das amarras raciais.

Ao pensar a colonialidade do poder, a partir das reflexões sistematizadas por Quijano, cravamos os conflitos de estruturas de poder dentro de um marco de processo histórico, em que recebe destaque a noção e hierarquização de diferença racial enquanto condição de subalternidade, que nos inquieta a pensar as marcas dessas heranças coloniais nos sistemas educacionais de ensino.

A interseccionalidade, nesse contexto, se propõe enquanto estratégia teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado[2], a partir dos quais as mulheres negras são atingidas pelo cruzamento e sobreposição de raça, gênero e classe, que são modernos aparatos coloniais, como afirma Akotirene (2018). O projeto feminista negro desde sua fundação

trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global, tendo a interseccionalidade como subsídio para trabalhar essas questões e o fluxo entre a teoria, metodologia e as práticas.

Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção políticas (p. 13-14).

Mulheres negras vêm, historicamente e de forma resistente, pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica, entendendo nossas pluralidades e confluências,

trilhando caminhos para a necessidade de se sistematizar as possibilidades de ser mulher.

Em contrapartida, a colonialidade do saber alicerça os conhecimentos brancocêntricos enquanto única forma de conhecimento válido, determinando referenciais que colocam saberes em categorias duais: prestígio ou não prestígio, em que a repressão de outras formas de produção de conhecimento não eurocêntricos nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos. Neste processo, são silenciadas e/ou negadas formas e origens outras de produções e socializações de conhecimentos.

Na colonialidade do ser, estrutura-se um padrão branco-referencializado do sujeito, minando, assim, nem sempre de forma silenciosa, aquelas e aqueles que não se enquadrem no padrão hegemônico branco e euro-referencializado. Nesse aspecto da colonialidade, o

conhecimento de si enquanto cultura e identidade é desvalorizado junto com a vida humana. Neste contexto, as resistências dos movimentos sociais negros se manifestam de maneira contra-hegemônica ao reivindicarem suas identidades culturais e sociais. Dessa maneira, os movimentos sociais[3] demarcam seu valor epistêmico nas lutas sociais.

Dessa forma, entendemos que a colonialidade do poder, do saber e do ser se configuram enquanto conceitos centrais para os estudos pós-coloniais. Uma vez que é a

partir do exercício constante de reconhecimento e emancipação destes que nos interessa refletir quanto à diferença colonial[4], que nos mobiliza a pensar a partir das ruínas. Outro aspecto relevante é que os estudos pós-coloniais nos possibilitam romper com a lógica cartesiana de passado e presente, como pontua Spivak (1999), ao propor que a partir dessas lentes teóricas podemos romper com as relações antigas e atuais de colonizador(a) e colonizado(a) e tantas outras formas de dominador(a) e dominado(a).

Desse modo, entendemos que compreender as práticas desenvolvidas por professoras(es) vinculadas (os) a grupos de pesquisa comprometidos com a formação para a educação antirracista, se faz possível sistematizarmos reflexões quanto à contribuição de espaços decoloniais para o enfrentamento do racismo em sala de aula.

Nos pares conceituais colonialidade e interseccionalidade, podemos identificar em Gonzalez (2011) as estruturas de desigualdade e de exclusão que têm caracterizado a vida das mulheres negras. A outra face da Colonialidade pode ser a decolonialidade enquanto projeto decolonial, tecendo movimentos de resistência e de reexistência, que têm marcado a trajetória política das comunidades afro-diaspóricas. Desse modo, os marcadores raça, gênero e classe que operaram por meio da colonialidade gerando desigualdades, desvantagens, vulnerabilidade e opressões no projeto decolonial são acionados para o empoderamento.

Nessa direção, entendemos que o projeto decolonial emerge, nesse contexto, do ativismo das mulheres negras enquanto projeto de reexistência tanto individual quanto coletiva. Em outras palavras, somam em um projeto decolonial que supere a formação moderna/colonial e sua estrutura social, fazendo com que as diferenciações de gênero, raça e classe não atuem criando opressões, mas que se configurem enquanto integralidade no contexto social.

No entrelaçamento de proposta favoráveis à perspectiva decolonial, o diálogo com o feminismo negro que, como sistematiza Patrícia Collins (2019), margeia as experiências compartilhadas pelas mulheres negras, simultaneamente se confronta com as diretrizes hegemônicas da produção do conhecimento.

## 8 CONCLUSÃO

Tendo em vista que a prática docente necessita de princípios educativos que valorizem a identidade negra, seus conteúdos curriculares e interdisciplinares não podem ocorrer apenas em eventos pontuais, que disponibilizam poucas reflexões, mas também em disciplinas como história em uma perspectiva outra de possibilidade de rompimento do pensamento colonial, que comumente utiliza como referência o eurocentrismo. A fim de que a necessidade de reflexão cotidiana do exercício profissional docente, possa se renovar diariamente.

Assim, torna-se significativo proporcionar visibilidade a grupos de estudantes e professores(as) que lutem coletivamente pela promoção da igualdade étnico-racial. Com isso, educadores e pessoas engajadas no projeto de sociedade antirracista buscam e produzem, em seus cotidianos, estratégias de resistência epistêmica e possíveis práticas decoloniais.

**Palavras-Chaves**: Enfrentamento do Racismo no Espaço Escolar. Grupo de Pesquisa. Prática Docente. Estudos Pós-Coloniais. Feminismo Negro

### **REFERÊNCIAS**

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, 70<sup>a</sup> ed. Universidade de France, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRUZ, Eliane Almeida de Souza; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Penso, mas não existo! Invisibilidade da África nos currículos de história do Rio de Janeiro. *Gavagai*, Erechim, v. 3, n. 1, p. 119-141, jan./jun. 2016.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde america latina y el caribe. 2009. disponível em:

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-Americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**. São Paulo: Circulo Palmarino, p. 12-21, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón. Entrevista a Ramón Grosfoguel. In: Polis, **Revista de la Universidade Bolivariana Santiago**, Chile. (Realizada por Angélica Montes Montoya e Hugo Busso). Recebido el 23.12.07/ aceito em 29.12.07: 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KIMBERLÉ, Crenshaw. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. University of California. Los Angeles, 2002

LORDE, Audre. *La hermana, la extranjera*. *Artículos y conferencias*, traducción de María Corniero, revisión de Alba V. Lasheras y Miren Elordui Cadiz, Madrid: Horas y horas, 2003.

MIGNOLO, Walter. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: la lógica de la colonialidade y la postcolonialidad imperial. Herencias coloniales y teorias pos-coloniales. **Revista chilena de literatura**, Coimbra, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Org. **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126

SPIVAK, Gayatri Ch. A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present. Cambridge: Harvard UP, 1999.

VALLA, Jorge. A Análise de Conteúdo. In: SILVA, Augusto Silva; PINTO, José Madureira

# WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: diferencia y nación de outro modo. 2006

- [1] Como uma suposta estrutura biológica que marcava uns em situação de inferioridade em relação a outros.
- [2] Ainda podendo ser incluídas outras categorias como território, geração e religiosidade
- [3] Entendemos que os movimentos sociais apresentam um valor epistemológico intrínseco, sendo produtores de um tipo de conhecimento gestado na luta.
- [4] Que se faz terreno fértil nas experiências das comunidades marginalizadas no processo de colonialidade, sobretudo a colonialidade do poder na invenção e estruturação do mundo moderno/colonial. Conceito introduzido por Mignolo (2005), nos convida a pensar a partir das ruinas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade quanto ao mundo moderno colonial como possibilidade de intervenção/construção de um novo horizonte epistemológico.